





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO DE 2019

IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. – IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Governo, neste ano de 2019 passou por um processo de reinvenção focado em repensar a gestão pública com olhares mais amplos. No período, diretrizes de eficiência e transparência comuns ao setor privado foram trazidas e efetivamente aplicadas na realidade da empresa pública. Alguns acontecimentos marcaram esta fase de transformação, como o processo de incorporação da IMESP pela PRODESP (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo), anunciado em janeiro com a nova gestão governamental e formalizado por meio da Lei Estadual nº 17.056/2019. Com a publicação desta Lei em 05 de junho de 2019, as diretrizes estratégicas da empresa precisaram ser revistas para que a incorporação seja realizada da forma mais adequada, trazendo os benefícios esperados pelo Governo do Estado e sem prejuízo de qualidade no atendimento ao cidadão impactado por essa mudança.

Outro ponto relevante foi a aprovação da proposta do Programa de Desligamento Incentivado – PDI da empresa pelo Secretário da Fazenda e Planejamento e Presidente da Comissão de Política Salarial – CPS, em 20 de dezembro de 2019. Referido programa foi instituído na empresa em 3 de fevereiro de 2020.

Sempre pautada pelos princípios de transparência, austeridade e autossustentabilidade, em 2019 a Imprensa Oficial consolidou a aplicação dos mecanismos de conformidade, gestão de riscos e de controle interno, principalmente com relação ao Código de Conduta e Integridade e o Canal de Denúncias, seguindo as diretrizes públicas do Governo do Estado de São Paulo, em especial o programa de integridade das empresas controladas pelo Estado. Também foram adotadas medidas significativas com o objetivo de manter o compromisso de equilíbrio de suas contas, sempre com a preocupação de preservar o desempenho e a qualidade dos seus serviços e produtos.

Diante do fraco desempenho da economia no país no ano, a Imprensa Oficial do Estado S/A – IMESP manteve um conjunto de ações efetivas que contribuiu para o êxito de sua trajetória em 2019, alinhadas ao Planejamento Estratégico e ao Sistema de Gestão da Qualidade da empresa, merecendo destaque: o controle de consumo de energia, de água e de telefonia; o maior rigor no controle de perdas de chapas e papéis utilizados no processo produtivo do parque gráfico; o controle das metas de redução de ajustes de máquinas de impressão e acabamento; o acompanhamento diário dos apontamentos e o andamento dos trabalhos nos processos produtivos em tempo real. Essas medidas tiveram um impacto positivo na redução dos custos internos da empresa.

Apesar do cenário econômico desfavorável, a IMESP atingiu em 2019 um faturamento total de aproximadamente R\$ 289 milhões, compreendendo as seguintes famílias de produtos e serviços: Gráfica, Diário Oficial, Editora e Produtos de Tecnologia.

GRÁFICA | A realização do Projeto SEDUC da Secretaria Estadual da Educação no ano resultou na produção de 15,7 milhões de livros didáticos para o “Programa Ler e Escrever”, “Projeto Educação Matemática nos Anos Iniciais – EMAI”, “Educação de Jovens Adultos – EJA e CEEJA”, e o “Programa São Paulo Faz Escola”, destinados aos professores e alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado de São Paulo. Esses livros foram distribuídos para cerca de 4,4 mil pontos, envolvendo os alunos das escolas estaduais, das escolas municipais (dos municípios que aderiram ao programa do Estado), diretorias de ensino, centros educacionais e pontos prisionais. Foram produzidas aproximadamente 3,9 mil toneladas de materiais.

Vale destacar que todo esse material foi produzido nos prazos acordados e com excelente padrão de qualidade. Ressaltamos que a ferramenta IO TRANS, desenvolvida internamente pela IMESP, possibilitou mais uma vez o controle e a comprovação das entregas digitalmente, permitindo maior nível de satisfação da Secretaria Estadual de Educação e do Governo do Estado de São Paulo.

DIÁRIO OFICIAL | A empresa também alcançou números expressivos com relação ao Diário Oficial do Estado – DOE, um dos seus principais produtos, o qual há 128 anos é produzido e disponibilizado à sociedade como uma importante ferramenta de transparência, publicidade, perenidade de acesso às leis, atos normativos e administrativos e resoluções legais de todas as esferas do Governo do Estado de São Paulo, bem como as informações obrigatórias de entes privados. Todo esse acervo pode ser consultado no site da IMESP. O Diário Oficial Eletrôni-

co teve média de 401 mil pesquisas diárias, as quais geraram transmissão de aproximadamente 323 mil páginas certificadas digitalmente.

Vale destacar, ainda, que em 2019 mantivemos, mais uma vez, a decisão de não aplicar reajuste ao preço da publicação no Caderno Empresarial do Diário Oficial, refletindo-se em uma desoneração de aproximadamente 5,36% ao se considerar os índices inflacionários do período que compreende o biênio 2017 – 2018.

EDITORIA | Com relação ao nosso segmento editorial foram produzidos 19 novos títulos em 2019, entre edições e coedições. Entre as edições, destaque para as obras: *História Econômica e Social do Estado de São Paulo 1850-1950*. Neste livro, Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein dão continuidade a seus estudos sobre São Paulo nos períodos colonial e imperial, estendendo-se até meados do século XX. Vale destacar também o título *Escritor por Escritor - Machado de Assis segundo seus pares 1908-1938, volume 1*, organizado por Hélio de Seixas Guimarães e Ieda Lebensztayn.

Entre as coedições destacamos as obras: *Imperador Cidadão*, de autoria do historiador brasileiro Roderick J. Barman, traduzida por Sônia Midori Yamamoto, coeditada em conjunto com a Editora Unesp. O segundo título destacado entre as coedições é *Moema Cavalcanti: Livre para voar*, coeditado com a Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, a primeira parceria entre duas editoras de Imprensas Oficiais.

Em 2019 realizamos a venda de 8,4 mil exemplares de livros na nossa livraria da Rua XV de Novembro, na Livraria Virtual e Livrarias de Terceiros.

PRODUTOS DE TECNOLOGIA | A Autoridade Certificadora Imprensa Oficial emitiu, em 2019, mais de 72 mil certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ), provenientes de suas Autoridades de Registro Próprias e Vinculadas.

Também foram emitidos cerca de 146 mil certificados digitais para equipamentos Emissores de Cupons Fiscais (ECF-e) do Projeto AC/SEFAZ – SAT (serviço de autorização e transmissão do cupom fiscal eletrônico).

Os sistemas de busca em nosso site foram aprimorados para garantir ao cidadão informações rápidas e precisas sobre licitações e contratos públicos, concursos, balanços de empresas, novas leis e decretos. Ao todo, foram realizados cerca de 22 milhões de visitas ao site da Imprensa Oficial.

Apenas em 2019, o Jucesp on-line, que disponibiliza o acesso ao banco de dados da Junta Comercial de forma eletrônica, recebeu mais de 60 milhões de pesquisas e emitiu 10,7 milhões de Fichas Cadastrais.

O Projeto de Digitalização resultou na digitalização de 18,8 milhões de páginas de documentos em 2019, com destaque para a digitalização do acervo da JUCESP, perto de 13,8 milhões de documentos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE | Além de suas atividades operacionais, a Imprensa Oficial se preocupa em promover ações de responsabilidade social e participa de projetos que valorizam a cidadania e a inclusão social. Desde 1997, a empresa administra contratos para promoção do Programa de Doação de Aparas e Materiais Inservíveis. Por meio desse projeto, as entidades beneficiadas garantem uma fonte de recursos a mais para prosseguirem com seus trabalhos.

Além da questão ambiental, devido à reciclagem das aparas de papéis utilizadas na gráfica, essa iniciativa proporciona apoio para obras assistenciais muito importantes para a sociedade. Em 2019 foram doadas 1.423 toneladas de aparas mistas e brancas de papel, papel jornal, chapas de alumínio etc., totalizando o valor de R\$ 802 mil obtidos com a venda pelas entidades beneficiadas.

O contexto desafiador de 2019 e o compromisso contínuo na busca de equilíbrio permitiram um desempenho consistente de nossas operações e resultados. O Balanço Patrimonial da IMESP comprova esses resultados.

Além das demonstrações econômico-financeiras, as principais atividades, os produtos e serviços e o desempenho da empresa estão pormenorizados e podem ser conhecidos em nosso Relatório Integrado de Sustentabilidade – 2019, publicado em nosso *site* corporativo.

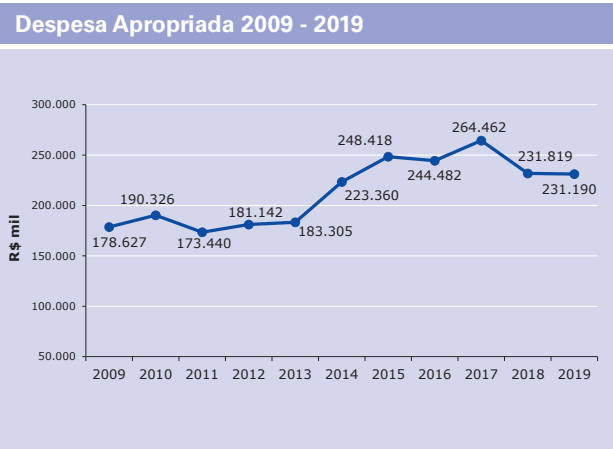
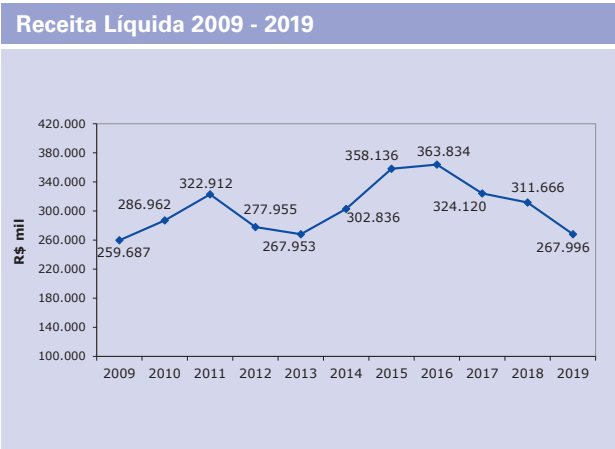
A DIRETORIA



Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)							
Ativo				Passivo			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	155.286	243.419	Fornecedores	12	3.271	5.927
Clientes	5	10.375	18.114	Impostos e contribuições		5.676	6.204
Estoques	7	27.282	24.322	Adiantamento de clientes		405	280
Impostos a recuperar	8	2.089	4.128	Contas a pagar	12	8.028	9.217
Outros créditos	6	402	2.074	Provisão para férias		10.910	11.550
Despesas antecipadas		298	234	Provisão para imposto de renda		3.643	6.556
				Provisão para contribuição social		0	110
Total circulante		195.732	292.291	Total circulante		31.933	39.844
Não circulante				Não circulante			
Impostos diferidos	3.7	5.157	4.706	Provisão para contingências	3.4	11.457	10.152
Depósitos judiciais e cauções		1.589	1.585	Provisão para licença-prêmio	3.4.1	48	33
Créditos diversos	5	0	1.198				
		6.746	7.489	Total do passivo não circulante		11.505	10.185
Patrimônio líquido							
Investimentos	9	533	412	Capital social	13	160.352	160.352
Imobilizado	10	36.188	43.725	Reserva legal	13	13.850	11.603
Intangível	11	4.428	2.561	Reserva de lucros	13	25.987	124.494
Total não circulante		47.895	54.187	Total patrimônio líquido		200.189	296.449
Total do ativo		243.627	346.478	Total do passivo		243.627	346.478
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)		
Fluxos de caixa originados de:	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	44.457	65.127
Ajustes patrimoniais:		
Depreciação	12.800	12.149
Resultado na venda de ativos permanentes	(32)	(41)
Reversão dos juros s/ capital próprio	16.708	18.062
Aumento/redução em contas a receber	7.739	(5.000)
Aumento/redução de estoque	(2.960)	17.801
Aumento/redução em impostos a recuperar	2.039	(100)
Aumento/redução em outros créditos	1.672	1.377
Aumento/redução em despesas pagas antecipadamente	(64)	(97)
Aumento/redução do realizável a longo prazo	743	761
Aumento/redução em fornecedores	(2.656)	(1.347)
Aumento/redução de impostos e contribuições	(528)	980
Aumento/redução de adiantamento de clientes	125	273
Aumento/redução em contas a pagar e provisões	(509)	(10.493)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(19.246)	(27.447)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	60.288	72.005
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Compra de imobilizado	(7.259)	(6.988)
Recebimento por vendas de Ativos Permanentes	32	41
Baixa do imobilizado	129	889
Aumento/redução de aquisição de Investimentos/Provisão	(121)	80
Compras – ações em Tesouraria	0	(2)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(7.219)	(5.980)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos/lucros aos acionistas	(141.202)	(69.429)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(141.202)	(69.429)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes	(88.133)	(3.404)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	243.419	246.823
Caixa e equivalente de caixa em 31/12/2019	155.286	243.419
	(88.133)	(3.404)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

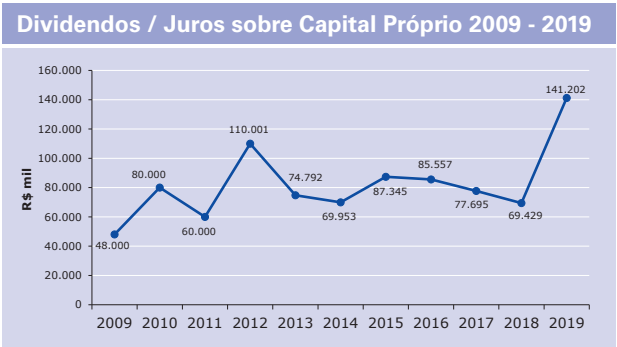
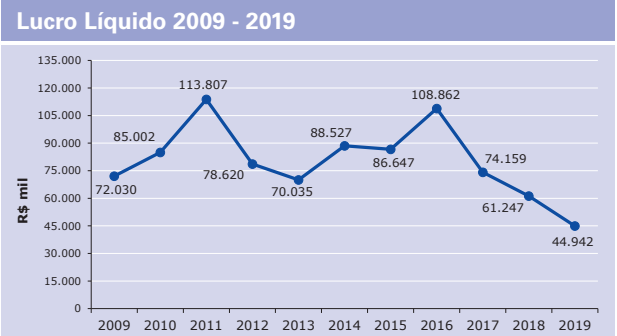
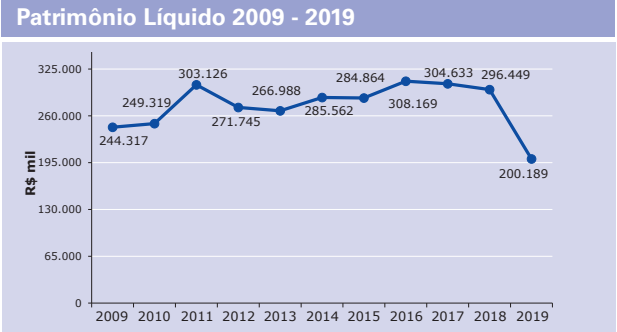
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)				
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	160.352	8.541	135.740	304.633
Lucro líquido do exercício	-	-	61.247	61.247
Destinação do lucro:				
Reserva Legal	-	3.062	(3.062)	-
Juros sobre o capital próprio no exercício	-	-	(18.062)	(18.062)
Dividendos pagos ref. exercício de 2017	-	-	(51.367)	(51.367)
Ações em tesouraria	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	160.352	11.603	124.494	296.449
Lucro líquido do exercício	-	-	44.942	44.942
Destinação do lucro:				
Reserva Legal	-	2.247	(2.247)	-
Juros sobre o capital próprio no exercício de 2019	-	-	(16.708)	(16.708)
Dividendos pagos ref. exercício de 2018	-	-	(40.122)	(40.122)
Dividendos pagos ref. Reserva de Lucros Retidos	-	-	(84.372)	(84.372)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	160.352	13.850	25.987	200.189
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				



Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação do capital social integralizado – em Reais)			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA BRUTA			
De produtos vendidos e dos serviços prestados	14	288.676	337.217
Impostos e deduções sobre vendas	14	(20.680)	(25.551)
Receita líquida	14	267.996	311.666
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	15 e 17	(106.693)	(150.586)
Lucro bruto		161.303	161.080
Receitas (despesas) operacionais			
Honorários da Dir. e dos Conselhos Adm / Fiscal / Editorial e Comitê de Auditoria	18	(3.018)	(2.209)
Gerais e administrativas		(104.569)	(92.429)
Outras despesas operacionais		(7.500)	1.525
Outros Resultados – líquido		32	(1.006)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		46.248	66.961
Resultado financeiro – líquido		(1.791)	(1.834)
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da reversão dos juros sobre o capital próprio		44.457	65.127
Imposto de renda	16	(11.790)	(15.960)
Contribuição social	16	(4.433)	(5.982)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	17	28.234	43.185
Reversão dos juros sobre o capital próprio		16.708	18.062
Lucro líquido do exercício		44.942	61.247
Lucro líquido por ação do capital social integralizado – R\$		0,215	0,293
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração do Resultado Abrangente Ffindos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)		
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	44.942	61.247
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	44.942	61.247
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Demonstração do Valor Adicionado – DVA dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)				
Demonstração do valor adicionado	2019	%	2018	%
1 - Receitas	293.810		341.344	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	293.778		342.350	
1.2 Não operacionais (ganhos e perdas de capital)	32		(1.006)	
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	77.132		104.842	
2.1 Matérias-primas consumidas	21.792		25.703	
2.2 Custo das mercadorias e serviços vendidos	13.405		51.875	
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	41.935		27.264	
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	216.678		236.502	
4- Retenções	12.536		11.991	
4.1 Depreciação e amortização ativo permanente	12.621		12.149	
4.2 Amortização e exaustão	88		55	
4.3 Crédito PIS/Cofins sobre depreciação	(173)		(213)	
5 - Valor adicionado líquido produzido pela empresa (3-4)	204.142		224.511	
6 - Valor adicionado recebido em transferência	16.363		17.710	
6.1 Receitas financeiras	16.363		17.710	
7 - Valor adicionado a distribuir (5+6)	220.505		242.221	
8 - Distribuição do valor adicionado	220.505	100,00%	242.221	100,00%
8.1 Pessoal (excluindo INSS) colaboradores	131.771	59,76%	125.976	52,01%
8.2 Impostos, taxas e contribuições (incluindo INSS) governo	41.254	18,71%	52.441	21,65%
8.3 Juros e aluguéis terceiros	2.538	1,15%	2.557	1,06%
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos acionistas	16.708	7,58%	18.062	7,46%
8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício retido	28.234	12,80%	43.185	17,83%
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP é sociedade por ações, de capital fechado, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35300054636 e a sede da Companhia fica na Rua da Mooca, 1.921, Bairro da Mooca, São Paulo, Brasil.

Constitui objeto da empresa: I. editar, imprimir, distribuir e publicar, por qualquer meio – físico e/ou eletrônico - os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por lei, de natureza pública e privada, inclusive as matérias de interesse de particulares de publicação obrigatória nos jornais oficiais;

II. manter sob sua permanente guarda e conservação as publicações veiculadas nos Diários Oficiais, pelos meios físicos e/ou tecnológicos mais apropriados, assegurando o acesso a qualquer interessado;

III. prestar serviços de autenticidade, certificação digital e mecânica, a pedido de qualquer interessado, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações;

IV. promover e atualizar permanentemente serviços eletrônicos das publicações dos atos e documentos públicos e privados, assegurando o acesso a qualquer interessado, mediante os meios tecnológicos disponíveis;

V. prestar serviços de infraestrutura de chaves públicas, desempenhando o papel de Autoridade Certificadora e de Registro do Governo do Estado, podendo credenciar outros órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios e demais instituições de interesse público, como Autoridades Certificadoras e/ou Autoridades de Registro, prestando, inclusive, serviços de consultoria técnica aos credenciados, de treinamentos e de soluções eletrônicas com uso da certificação digital;

VI. prestar serviços de emissão de certificados digitais e de autenticidade com identificação biométrica a qualquer interessado;

VII. prestar serviços de gerenciamento eletrônico de documentos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios e demais instituições de interesse público, com a utilização de autenticidade e certificação digital e com a possibilidade de arquivamento físico e/ou eletrônico dos documentos;

VIII. prestar serviços e disponibilizar soluções com a infraestrutura necessária, mediante assinatura e autenticação com certificação digital e/ou identificação biométrica, para atender às necessidades de governo eletrônico, anuindo perenidade e segurança em processos eletrônicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados dos Municípios, e demais instituições de interesse público;

IX. editar e/ou coeditar publicações de interesse público e de difusão cultural, tais como livros, revistas, catálogos, coleções, entre outros;

X. prestar serviços gráficos e/ou editoriais, utilizando-se de quaisquer meios físicos e/ou tecnológicos, para publicações de interesse público, tais como livros, revistas, catálogos, coleções, entre outros, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, e demais instituições de interesse público;

XI. a distribuição, diretamente ou por intermédio de terceiros, dos seus produtos e serviços;

XII. a prestação de serviços de comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, e demais instituições de interesse público; e

XIII. a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de seus empregados.

Parágrafo primeiro - A publicação dos atos oficiais do Estado, na hipótese do inciso I, será gratuita. **Parágrafo segundo** - A Imprensa Oficial, na execução dos serviços objeto deste Estatuto, visará à preservação do meio ambiente.

1.1 – INCORPORAÇÃO DA IMESP PELA PRODESP

Com a divulgação do Projeto de Lei nº 01/2019, já no dia 1 de janeiro de 2019, e posteriormente com a promulgação da lei Estadual nº 17.056 de 5 de junho de 2019, que autoriza a incorporação da Imprensa Oficial pela PRODESP, as diretrizes estratégicas da empresa precisaram ser revistas para que a incorporação seja realizada em consonância com esse novo contexto e da forma adequada, trazendo os benefícios esperados pelo Governo do Estado e sem prejuízo de qualidade no atendimento ao cidadão.

1.2 – PROGRAMA DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO – PDI

Outro ponto relevante foi a aprovação do Programa de Desligamento Incentivado – PDI, da Imprensa Oficial, pelo Secretário da Fazenda e Planejamento e Presidente da Comissão de Política Salarial – CPS, por meio do Despacho CPS nº 053/2019, em 20 de dezembro de 2019. Referido programa foi instituído na empresa em 3 de fevereiro de 2020.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas contábeis estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade para elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a posse foi passada nesse prazo de tal forma que todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu para o comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia;
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade;
- Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira da demonstração do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo e direito contratual.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro e caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um significativo risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Contas a receber – ativo financeiro

As contas a receber – ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de publicações, da receita financeira e dos serviços de operação, classificados como “recebíveis” e registrado a valor justo.

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*), sendo que, neste exercício não houve necessidade de ajuste, pois não apresentou indícios de que os ativos tenham perdido representatividade econômica, considerada relevante. Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado de caixa futuro.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido com uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação da data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão contábil para contingência é atualizada trimestralmente, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para contingência às ações classificadas como prováveis:

Contingência R\$ mil	Remota	Possível	Provável	Contingência Total
Trabalhista	1.743	2.389	11.051	15.183
Cível	14.636	14.866	406	29.908

Demonstração da movimentação			
		R\$ mil	
		2019	2018
Saldo inicial		10.152	12.074
Adições		5.783	2.085
Baixas		(4.478)	(4.007)
Saldo final no exercício		11.457	10.152

3.4.1 Provisão para Licença-prêmio

O valor referente a provisão com Licença-prêmio no montante de R\$33 mil que em 2018 estava lançado em conta do Passivo Circulante – exigível a curto prazo, foi reclassificado no exercício de 2019 para o grupo de contas do Passivo Não Circulante – exigível a longo prazo (R\$48 mil em 2019).

3.5 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso debêntures não conversíveis, são acrescidas do custo da transação diretamente relacionado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.
- Dividendos: São reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

3.6 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Tributação

Impostos sobre a receita:

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PASEP) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- INSS (Desoneração da Folha de Pagamento) – 1,5%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional federal de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240.000 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, onde créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas conhecidas, sobre as adições e exclusões tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

	R\$ mil	
	2019	2018
Imposto de Renda Diferido	3.907	3.565
Contribuição Social Diferida	1.250	1.141
Total	5.157	4.706

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.9 Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumulados. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.



Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.11 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, conforme política descrita na nota explicativa nº 13.

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores.

3.12 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	2019	2018
Caixa	23	17
Bancos	3	49
Aplicações financeiras	155.260	243.353
Total	155.286	243.419

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas por fundos de investimentos financeiros no montante de R\$155 milhões (R\$243 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Em relação à redução do saldo das disponibilidades no exercício em 2019 (R\$88,1 milhões) é decorrente do repasse de recursos deliberados em AGO/AGE-2019 aos acionistas, para pagamento de valores referentes ao lucro do exercício de 2018, Juros sobre o Capital Próprio por conta do resultado do exercício/2019 e do saldo da conta de Reservas de Lucros Retidos, totalizando o montante de R\$141.2 milhões, conforme demonstrado na DMPL.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativa às contas a receber de clientes circulante, é avaliada por metodologia de classificação dos clientes que considera o tempo de cadastro do cliente, e seu histórico de pagamentos, resultando na classificação dos ativos financeiros. Os depósitos em bancos e aplicações financeiras estão classificados como baixo risco para curto prazo.

5 – CLIENTES

	R\$ mil	
	2019	2018
Agências, jornais e anunciantes	3.080	5.416
Prefeituras	3.051	4.084
Secretarias do Estado de São Paulo	2.290	6.702
Empresas públicas	819	989
Entidades de classe e terceiro setor	446	545
Fundações, autarquias, institutos e agências reguladoras	319	333
Poder Legislativo e Ministério Público	213	105
Universidades	80	111
Livrarias	7	47
Outros clientes	563	337
Subtotal	10.868	18.669
(-) Ordens de pagamentos bancárias a identificar	(493)	(555)
Total	10.375	18.114

O prazo médio de recebimento de créditos é inferior a 90 dias. Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para *impairment* de contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A Companhia possui uma Política de Crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatíveis com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidas. A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando: informações cadastrais; Informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos (status histórico e status instantâneo); informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações; garantias apresentadas e visita de crédito (conforme relevância da operação).

No decorrer do exercício de 2019 a Companhia, apurou e certificou-se da necessidade de efetuar ajustes com baixa administrativa de títulos antigos vencidos a longas datas, registrado em conta Clientes e realizável a longo prazo “créditos diversos” no

montante de R\$ 1.198 mil em dezembro de 2018, acrescido de R\$ 637 mil em julho de 2019, perfazendo um saldo de R\$1.835 mil, reconhecendo esse total como “Perda no Recebimento de Crédito”, dedutível como despesas para determinação de Lucro Real.

6 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item “8 – Prestação e Divulgação de Informações” de sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com o inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/2016.

a. Saldos a Receber

Os saldos a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica “Clientes”, no Ativo Circulante, detalhados no item 5 destas Notas Explicativas.

b. Cessão de pessoal

A Companhia possuía funcionários cedidos a entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, devidamente autorizados pelos órgãos competentes, registrados na rubrica “Outros Créditos”, no Ativo Circulante, sendo que esses gastos, até o exercício de 2018 eram integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Contudo, em 31/12/2019 ainda apresentava saldo remanescente de créditos a receber.

A composição desse saldo a receber vem demonstrada a seguir:

	R\$ mil	
	2019	2018
Secretaria da Casa Civil	133	846
Secretaria de Governo	-	64
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	-	47
Secretaria de Cultura	-	40
Secretaria de Energia e Mineração	-	39
Subtotal I	133	1.036
	R\$ mil	
	2019	2018
Adiantamento a empregados	159	991
IPI a Receber	91	-
Outros Créditos	19	47
Subtotal II	269	1.038
Total da Conta	402	2.074

7 – ESTOQUES

	R\$ mil	
	2019	2018
Produtos acabados	4.881	4.522
Produtos em elaboração	10.764	8.184
Matérias-primas	4.738	9.364
Estoques em poder de terceiros	6.228	1.286
Peças e materiais diversos	1.594	1.721
Subtotal	28.205	25.077
(-) Provisão p/ redução ao valor de mercado	(923)	(755)
Total	27.282	24.322

Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisições ou produção e a metodologia de apuração do valor de mercado está em conformidade com o CPC 16.

10 – IMOBILIZADO

	Taxa de Depreciação (%)	R\$ mil						2019
		2018	Adições	Transferência				
				Entrada	Saída	Baixa	Impairment	
Terrenos	-	2.884	-	-	-	-	-	2.884
Edifícios	4	24.295	-	430	-	-	-	24.725
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4, 10 e 20	112.245	1.590	-	-	(617)	-	113.218
Instalações	10 e 20	37.540	16	241	-	-	-	37.797
Móveis e utensílios	10 e 20	9.043	71	1	(1)	-	-	9.114
Veículos	10 e 25	891	-	-	-	-	-	891
Outros bens de uso	10	638	5	-	-	-	-	643
Bens desativados	-	442	-	-	-	-	-	442
Imobilizações em andamento/inoperantes	-	2.785	600	-	(671)	-	-	2.714
Subtotal		190.763	2.282	672	(672)	(617)	-	192.428
Depreciação acumulada		(147.038)	(9.819)	-	-	617	-	(156.240)
Total		43.725	(7.537)	672	(672)	-	-	36.188

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3.9. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração não identificou eventos que denotassem a existência de indicadores de perdas e não foi necessário constituir provisão para perda do valor recuperável.

11 – INTANGÍVEL

	Taxa de depreciação (%)	R\$ mil						2019
		2018	Adições	Transferência				
				Entrada	Saída	Baixa	Impairment	
Software	20 e 50	33.550	4.020	543	-	-	-	38.113
Adiant. p/ implantação de software	-	413	957	-	(543)	(129)	-	698
Subtotal		33.963	4.977	543	(543)	(129)	-	38.811
Amortização acumulada		(31.402)	(2.981)	-	-	-	-	(34.383)
Total		2.561	1.996	543	(543)	(129)	-	4.428

12 – CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

	R\$ mil	
	2019	2018
Fornecedores	3.271	5.927
Contas a pagar	8.028	9.217
Total	11.299	15.144

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em “Custo dos produtos vendidos” totalizou R\$106.693 em 2019 (R\$150.586 em 31 de dezembro de 2018).

8 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	R\$ mil	
	2019	2018
IPI a recuperar	604	3.083
ICMS a recuperar	923	736
IPI a compensar	0	278
INSS - retenção	0	31
C.S.L.L. Lucro Real a Compensar	562	0
Total	2.089	4.128

São valores de créditos apurados superiores aos débitos após as devidas apurações e passíveis de compensações a serem usadas como descontos no pagamento de impostos futuros e de mesma cadeia tributária.

a. IPI a recuperar

A Companhia no decorrer do exercício de 2019, apurou e certificou-se da necessidade de efetuar ajustes relacionados a essa rubrica contabilizada e prescrita até o mês de março/2014, frente a não homologação por parte da Receita Federal no montante de R\$ 966 mil e a prescrição de R\$ 1.746 mil, sendo o valor total de R\$ 2.712 mil contabilizado em perda não dedutível como despesas, para determinação do Lucro Real.

A partir do saldo de abril/2014 no montante de R\$ 667 mil foram iniciadas compensações por meio de PER/DCOMP - Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação.

b. ICMS a recuperar

Saldos provenientes de impostos a recuperar quando da elaboração e apuração de impostos a recolher.

c. CSLL a compensar

Saldo para compensar, proveniente do cálculo da apuração do Lucro Real Anual a recuperar, mediante compensação com tributos de mesma natureza.

9 – INVESTIMENTOS

	R\$ mil	
	2019	2018
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste	1.726	1.726
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia	1.632	1.632
FRRM – Fundo Rumo Malha Norte S.A.	289	289
Projeto Áudio Visual	30	30
Obras de Arte	56	56
Subtotal	3.733	3.733
(-) Provisão para perdas	(3.200)	(3.321)
Total	533	412

As provisões para perdas em 2019 (R\$3.200) são constituídas tendo como parâmetro a cotação de preço Bovespa na data de 31/12/2019, para os seguintes fundos de investimentos:

FINOR	- (R\$1.696)
FINAM	- (R\$1.359)
RUMO MALHA NORTE	- (R\$145)
PROVISÃO PARA PERDA	- (R\$3.200)

13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social e direito das ações
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2019 é de R\$160,3 milhões, estando representado por 208.718.358 (duzentos e oito milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal
Está representada em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros
É representada por conta de apuração do lucro líquido do exercício e de lucros retidos de exercícios anteriores, conforme determina a legislação vigente. Esta será objeto de deliberação societária em Assembleia Geral Ordinária, quanto à destinação sobre o lucro auferido no exercício de 2019.

Remuneração aos acionistas
O Estatuto da Sociedade em seu artigo 45 estabelece direito ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Em ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de novembro de 2019, foi aprovado a distribuição de R\$ 16,7 milhões a título de juros remuneratórios do capital próprio por conta do resultado apurado no período do exercício de 2019 e deverá ser submetida à ratificação dos Senhores Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas deste exercício de 2019. A administração proporá à Assembleia Geral dos Acionistas que os juros pagos sobre o capital próprio sejam imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Para fins de atendimento às normas expedidas pela administração tributária federal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como *Despesas Financeiras* e revertido, para fins de publicação, para reserva de lucros.

Ainda, conforme parecer CODEC 157/2019 em continuidade a Assembleia mencionada acima, foi deliberado pela distribuição e pagamento, ainda no exercício de 2019, aos acionistas o montante de R\$84,3 milhões por conta do saldo existente de Reserva de Lucros.

14 – RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	R\$ mil	
	2019	2018
RECEITA BRUTA TRIBUTÁVEL	288.676	337.217
DEDUÇÕES:		
PASEP	2.489	3.204
COFINS	11.479	14.773
ICMS	110	241
IPI	26	39
ISS	1.035	918
INSS - DESONERAÇÃO	4.310	4.844
CANCELAMENTOS E DESCONTOS CONCEDIDOS	1.231	1.532
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(20.680)	(25.551)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	267.996	311.666

15 – CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS

São reconhecidos e contabilizados pelo regime de competência do exercício com base nos valores contratados.

Comparativo do Custo/Despesas e Receita Líquida – (R\$ mil)					
	2019		2018		Var. %
Custo/Despesas	R\$ 240.574	100,0%	R\$ 267.936	100,0%	(10,2)%
Custo dos produtos vendidos	106.693	44,4%	150.586	56,2%	(29,1)%
Despesas com vendas e marketing	7.924	3,3%	7.271	2,7%	9,0%
Despesas administrativas	99.664	41,4%	87.367	32,6%	14,1%
Despesas Financeiras	17.191	7,1%	18.514	6,9%	(7,1)%
Outras despesas operacionais	9.102	3,8%	4.198	1,6%	116,8%
	2019		2018		Var. %
Receita Líquida	R\$ 267.996		R\$ 311.666		(14,0)%

16 – CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

Composição da despesa de IRPJ e CSLL	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	44.457	65.127
Diferenças temporárias/permanentes líquidas	1.202	1.712
Imposto de renda e contribuição social	(17.425)	(23.654)
	(16.223)	(21.942)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(16.674)	(21.187)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	451	(755)
	(16.223)	(21.942)
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido	36,49%	33,69%

17 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração, adotando os princípios apresentados pelo pronunciamento que trata das informações por Segmento, definiu os segmentos operacionais reportáveis da Companhia com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Assim, estes foram segmentados em dois grandes grupos de produtos:

- Produtos jornalísticos;
- Produtos gráficos;

	Em 31 de dezembro de 2019 – (R\$ mil)				
	Produtos Jornalísticos	Produtos Gráficos	Outras	Corporação	Total
Receita líquida	216.547	34.514	16.935	-	267.996
(-) CPV	(19.805)	(67.859)	(19.029)	-	(106.693)
Lucro bruto	196.742	(33.345)	(2.094)	-	161.303
Despesas com vendas	(6.290)	(1.080)	(554)	-	(7.924)
Despesas Administrativas e outras	-	-	-	(107.131)	(107.131)
Resultado financeiro	-	-	-	(1.791)	(1.791)
Imposto sobre lucro	-	-	-	(16.223)	(16.223)
Lucro (prejuízo) líquido	190.452	(34.425)	(2.648)	(125.145)	28.234

CNPJ 48.066.047/0001-84

Secretaria de Governo



	Em 31 de dezembro de 2018 – (R\$ mil)				
	Produtos Jornalísticos	Produtos Gráficos	Outras	Corporação	Total
Receita líquida	224.625	72.454	14.587	-	311.666
(-) CPV	(19.632)	(115.088)	(15.866)	-	(150.586)
Lucro bruto	204.993	(42.634)	(1.279)	-	161.080
Despesas com vendas	(5.101)	(1.768)	(402)	-	(7.271)
Despesas Administrativas e outras	-	-	-	(86.848)	(86.848)
Resultado financeiro	-	-	-	(1.834)	(1.834)
Imposto sobre lucro	-	-	-	(21.942)	(21.942)
Lucro (prejuízo) líquido	199.892	(44.402)	(1.681)	(110.624)	43.185

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas.

18 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O pessoal-chave da administração incluí os conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e os diretores estatutários. A remuneração dos administradores é composta por honorários fixos, participações nos resultados e benefícios. Os montantes incorridos estão integralmente registrados no resultado do exercício nos montantes abaixo detalhados:

	Nº de Membros	R\$ mil	
		31/12/2019	31/12/2018
Honorários da Diretoria	5	1.156	939
Benefícios – bonificação	-	528	447
Subtotal Honorários da Diretoria		1.684	1.386
Honorários – Conselho Fiscal	5	264	194
Honorários – Conselho de Administração	8	509	453
Honorários – Conselho Editorial	7	89	51
Honorários – Comitê Auditoria Estatutária	3	472	125
Subtotal Honorários do Conselho		1.334	823
Total dos Honorários		3.018	2.209

19 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a classificação dos ativos financeiros por categoria são as seguintes:

	R\$ mil			
	31/12/2019			31/12/2018
Ativos financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes	-	155.286	155.286	243.419
Impostos compensáveis	-	2.089	2.089	4.128
Despesas antecipadas	-	298	298	234
Ativo financeiro	10.375	-	10.375	18.114
Total	10.375	157.673	168.048	265.895

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a classificação dos passivos financeiros por categoria são as seguintes:

	R\$ mil	
	31/12/2019	31/12/2018
Passivos financeiros	Total	Total
Fornecedores e contas a pagar	11.299	15.144
Salários e encargos	10.910	11.583
Impostos e obrigações fiscais	9.319	12.870
Total	31.528	39.597

Gestão de riscos
A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Avaliação dos instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que são próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado era de R\$ 116,7 milhões, conforme quadro abaixo:

COBERTURAS – RAMOS/TIPOS	IMPORTÂNCIA SEGURADA R\$ mil
Básica: Incêndio, queda de raio dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, explosão de gás, ou explosão de qualquer aparelhos, substância ou produtos.	113.887
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos.	1.480
Danos elétricos	1.139
Roubo/Furto de bens	114
Roubo/Furto de valores em mãos	10
Roubo/Furto de valores interior estabelecimento	10
Fidelidade	5
Responsabilidade Civil das Operações	114
Total da Importância Segurada	116.759

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da IMPrensa Oficial do Estado S.A. – IMESP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da IMPrensa Oficial do Estado S.A. – IMESP (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IMPrensa Oficial do Estado S.A. – IMESP, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Incorporação e Programa de Desligamento Incentivado

Chamamos a atenção para a nota explicativa número 1, “contexto operacional” item 1.1, que menciona a Lei Estadual nº. 17.056 de 5 de junho de 2019. A Lei publicada autoriza o Poder Executivo a adotar providências relacionadas à incorporação da Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Outro assunto tratado no item 1.2, da mesma nota explicativa, refere-se à aprovação do Programa de Desligamento Incentivado – PDI, emitido pela Secretária da Fazenda e Planejamento, através do Despacho CPS nº 053/2019, de 20 de dezembro de 2019, instituído na IMESP em fevereiro de 2020. As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das atividades da Companhia, de modo que não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e a classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores de incorporação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020.



CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP
CRC 2SP 023880/O-7
MARCELINO VASCONCELOS BARROSO
CTCRC1SP205606/O-9
Sócio Responsável

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

Do Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades.

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE da Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP é um órgão de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia. Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 24 de abril de 2019, o Comitê é composto, atualmente, por 03 (três) membros, sendo que um deles, como Membro Conselho de Administração (independente) e coordenador do Comitê.

No cumprimento de suas responsabilidades, o CAE não é responsável pelo planejamento ou pela condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis da empresa sejam completas e exatas e estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Esta é a responsabilidade da administração e dos auditores independentes.

No cumprimento de suas responsabilidades descritas em seu Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

De acordo com o estabelecido no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Comitê: (I) referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; (II) analisar as demonstrações financeiras; (III) promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; (IV) garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos; (V) garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria e da auditoria interna; (VI) zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e integridade da empresa; (VII) avaliar a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; (VIII) monitorar os procedimentos apuratórios de infração ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê reúne-se mensalmente em sessões ordinárias.

No exercício de 2019, o Comitê realizou 22 (vinte e duas) sessões ordinárias, reunindo-se com a auditoria interna, auditores independentes e a área de controles internos, além de 5 reuniões com Diretores e várias reuniões com executivos de áreas diversas da Companhia, além de 2 reuniões com o Conselho Fiscal. A cada

reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê através do relatório de *Report* mensal. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas: (a) discussão do relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019; (b) conhecimento e discussão do Relatório de Auditoria Independente – CONTROL Auditoria e Contabilidade – referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019; bem como das revisões das Informações Trimestrais – ITR de 2019, referente às demonstrações financeiras dos quatro trimestres; (c) os cenários de cobertura dos riscos e as propostas de trabalho 2019 da Auditoria Interna; (d) a discussão e acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia durante o ano e seus indicadores, conforme plano aprovado pelo Comitê, bem como o sistemático acompanhamento do status das ações corretivas; (e) o acompanhamento dos resultados dos *follow ups* dos trabalhos da Auditoria Interna; (f) o acompanhamento do reporte das denúncias recebidas através do Canal de Denúncias, bem como *status* dos respectivos processos de apuração; (g) o acompanhamento de ofícios de órgãos reguladores recebidos pela Companhia e das respostas apresentadas; (h) análise do contrato da auditoria externa; (i) acompanhamento das movimentações das contingências e provisões; (j) discussão do Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e dos eventuais planos de ação para resolução das questões apontadas; (k) os reportes trimestrais das ações relacionadas à gestão integrada de riscos; (l) os ajustes propostos pelo CAE e aceitos pela Companhia estão evidenciadas nas Notas Explicativas de N° 5, 6, 8.a e 9.

Demonstrações Contábeis Anuais de 2019.

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto em seu Regimento Interno, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório da CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE, sem ressalva, e do Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Considerando as análises, estudos e debates realizados durante as reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, os membros do CAE julgam que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31 de dezembro de 2019, recomendando a sua aprovação ao Conselho de Administração da Companhia e seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas para as devidas deliberações

São Paulo, 11 de fevereiro de 2020.

MARCELO DINIZ DE PAULA ROCHA
Coordenador do Comitê de Auditoria
CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA POLETTI
Membro do Comitê de Auditoria
ANA GILDA DE BARROS BASÍLIO MENDES
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da IMPrensa Oficial do Estado S.A. - IMESP, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 07 de fevereiro de 2020, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020.

VITOR MANUEL DOS SANTOS ALVES JUNIOR
JOÃO HENRIQUE POIANI
OMAR CASSIM NETO
JOSÉ ALEXANDRE PEREIRA DE ARAÚJO
VERA HELENA VILLAÇA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da IMPrensa Oficial do Estado S.A. - IMESP, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 07 de fevereiro de 2020, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

FERNANDO LUIZ RAMOS POMPEIA – Presidente
JOÃO GERMANO BÖTTCHER FILHO
NOURIVAL PANTANO JÚNIOR
ROSANA ULIANO GUIMARÃES
MARCELO DINIZ DE PAULA ROCHA
ADRIANO CANDIDO STRINGHINI
PAULO HENRIQUE CARDOSO
CÉLIA MARIA SILVA CARVALHO

IMPrensa Oficial do Estado S.A. – IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

NOURIVAL PANTANO JUNIOR
Diretor Presidente

JORGE ÁGUEDO DE JESUS PERES DE OLIVEIRA FILHO
Diretor Vice-Presidente

IZABEL CAMARGO LOPES MONTEIRO
Diretora Administrativa e Financeira

DOMINGOS SÁVIO DE LIMA
Diretor Industrial

FUAD MIGUEL PACHÁ NETO
Diretor de Gestão de Negócios

CARLOS ALBERTO FACHINI
Gerente Financeiro

AIRTON CORREIA DE ANDRADE
Contador - CRC 1SP 200808/O-1